10 JUL 1987
JORNAL DO BRASIL Sarney

Segurança do presidente é há meses causa de discórdia entre militares

BRASÍLIA — A agressão ao presidente José Sarney no Paço Imperial, duas semanas atrás, tem um detalhe que intriga certos setores militares de Brasília: como é que alguém conseguiu se aproximar da janela do presidente e praticar um ato extremamente hostil sem levar um tiro da segurança de Sarney? Resposta fácil: porque o autor seria um militar e isso teria inibido os oficiais do Gabinete Militar que estavam no ônibus, armados, para proteger o presidente. Resposta menos evidente, porém tecnicamente mais correta: porque é quase impossível defender quem está dentro de um ônibus. Andar de ônibus é, por sinal, um erro do esquema de segurança que Sarney não cometerá mais.

Mas esse raciocínio não invalida a hipótese — apresentada no início desta semana — de que tenha sido um militar à serviço de órgãos de segurança o autor do golpe que quebrou a janela de Sarney. Nessa hipótese, o agressor teria agido para manifestar a indignação de setores dos órgãos de segurança com a fragilidade do esquema de proteção do presidente em suas viagens. Estranho método de manifestar discordância. Ou pretexto para agredir o presidente e a transição democrática.

Caravana — A discordância existe há vários meses. Tornou-se mais aguda desde que Sarney determinou ao Gabinete Militar que infringisse sistematicamente uma das normas básicas de proteção durante seus deslocamentos, como se diz no jargão dos órgãos de segurança: a norma de que nenhum carro pode ultrapassar o do presidente.

Sarney não escondeu que gosta de acenar para os carros que ultrapassam sua comitiva. O problema é que uma comitiva protegida por batedores e carros com agentes (um na frente e outro atrás, pelo menos) se torna completamente vulnerável quando se permitem ultrapassagens. De dentro de um carro, um homem pode atirar no carro do presidente. Um motociclista, então, nem se fala.

Essa situação — que se repetiu em viagens de Sarney ou quando ele recebeu presidentes de outros países, como o português Mário Soares ou o presidente do governo espanhol, Felipe Gonzalez —, vinha provocando profunda irritação em setores que se preocupam com a segurança do presidente da República.

Tropa da PE — O esquema de segurança da viagem de Sarney ao Rio ficou a cargo do coronel Fernandes, do Gabinete Militar. Um oficial com pouca experiência nesse tipo de atividade. Tanto que manteve a Polícia Militar fora do policiamento da "periferia do evento", deixando desguarnecidos pontos de onde foram jogadas pedras no ônibus de Sarney, principalmente a passarela de pedestres que liga a Praça 15 à estação das barcas.

Quando o coronel se deu conta do problema que tinha surgido com o apedrejamento – uma situação extremamente tensa, que poderia degenerar e ter conseqüências imprevisíveis –, quis colocar em ação a tropa de choque da Polícia do Exército que estava por perto. Mas foi interceptado por um general que lhe disse para não envolver homens do Exército em conflito com populares, na presença do presidente. Que chamasse uma tropa de choque da Polícia Militar, se achava necessário. O coronel aceitou a instrução. Homens do Batalhão de Choque da PM chegaram a ir para a Praça 15. Era tarde.

A inexperiência desse oficial é um argumento a mais para os que trabalham com a hipótese de que a agressão a Sarney tenha sido feita por uma pessoa ligada aos órgãos de segurança, herdeiros, na Nova República, de um desembaraço típico do regime militar: ele não saberia, como não soube, prevenir a agressão. E ficaria provado que o esquema de segurança precisava ser reforçado.

Comitê pede liberdade para Groff e Pencack

A sede da Polícia Federal, na Praça Mauá, teve ontem dia muito movimentado, com a presença de parentes, amigos e políticos em visita a Danilo Groff, militante do PDT, e Maurício Pencak, dirigente estadual da CUT, detidos sob a acusação de participar do apedrejamento ao ônibus do presidente Sarney. Ao que parece, hoje, a partir das 15 horas, haverá também um grande reboliço em frente à Polícia Federal. É que o recém-criado Comitê pela Libertação dos Presos Políticos e pelo Fim da Lei de Segurança Nacional fará manifestação contra a prisão dos dois militantes políticos.

O primeiro ato que marcará a criação do comitê foi anunciado por diversos dirigentes da CUT que visitaram Maurício Pencak. Criticando a prisão "política" de Danilo e Maurício, o secretário de imprensa da CUT regional, Eloi Beneduzi, disse: "Vamos lutar porque essa questão é política. Vamos infernizar a vida deles (governo e Polícia Federal)". O comitê é formado por várias entidades e partidos, como CUT, Famerj, UNE, PDT, PT e Sindicato dos Metroviários.